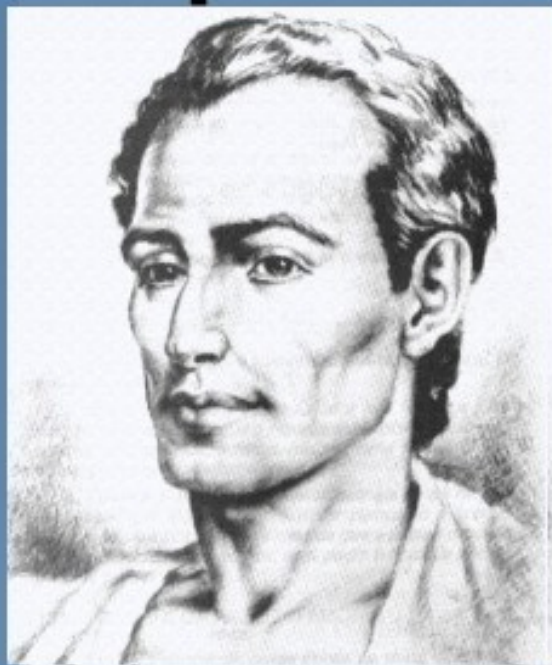


Religião dos Espíritos



Emmanuel

Psicografia - Chico Xavier

CAPÍTULO L – Pena de morte

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Iniciamos o estudo da obra “Religião dos Espíritos” de Emmanuel – psicografada pelo médium Francisco Cândido Xavier – publicado em 1960 pela Federação Espírita Brasileira.

Nesta construção apresentaremos o próprio capítulo e complementos, visando enriquecer o conhecimento.

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Índice

Assunto	Origem	Página
Capítulo L – Pena de morte	O Consolador	04
Complementos		
Entre a pena e a vingança	O Consolador	06
A pena de morte numa perspectiva cristã	O Consolador	09
Legalização da morte	O Consolador	10

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Pena de morte **Reunião pública 10/07/1959** Questão 760

Todos os fundadores das grandes instituições religiosas, que ainda hoje influenciam ativamente a comunidade humana, partiram da Terra com a segurança do trabalhador ao fim do dia.

Moisés, ancião, expira na eminência do Nebo, contemplando a Canaã prometida.

Sidarta, o iluminado construtor do Budismo, depois de abençoada peregrinação entre os homens, abandona o corpo físico, num horto florido de Kuçinagara.

Confúcio, o sábio que plasmou todo um sistema de princípios morais para a vida chinesa, encontra a morte num leito pacífico, sob a vigilância de um neto afetuoso.

E, mais tarde, Maomé, o criador do Islamismo, que consentiu em ser adorado pelos discípulos, na categoria de imortal, sucumbe em Medina, dentro de sólida madureza, atacado pela febre maligna.

Com Jesus, entretanto, a despedida é diferente.

O divino fundador do Cristianismo, que define a Religião Universal do Amor e da Sabedoria, em plena vitalidade juvenil, é detido pela perseguição gratuita e trancafiado no cárcere.

Ninguém lhe examina os antecedentes, nem lhe promove recursos à defensiva.

Negado pelos melhores amigos, encontra-se sozinho, entre juízes astuciosos, qual ovelha esquecida em meio de chacais.

Aliam-se o egoísmo e a crueldade para sentenciá-lo ao sacrifício supremo.

Herodes, patrono da ordem pública, chamado a pronunciar-se em seu caso, determina se lhe dê o tratamento cabível aos histriões.

Pilatos, responsável pela justiça, abstém-se de conferir-lhe o direito natural. E, entregue à multidão amotinada na cegueira de espírito, é preferido a Barrabás, o malfeitor, para sofrer a condenação insólita.

Decerto, para induzir-nos à compaixão, aceitou Jesus padecer em silêncio os erros da justiça terrestre, alinhando-se, na cruz, entre os injuriados e as vítimas sem razão, de todos os tempos da Humanidade.

Cristãos de todas as interpretações do Evangelho e de todos os quadrantes do mundo, atentos à exemplificação do Eterno Benfeitor, apartai o criminoso do crime, como aprendestes a separar o enfermo da enfermidade!

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Educai o irmão transviado, quanto curais o companheiro doente!

Desterrai, em definitivo, a espada e o cutelo, o garrote e a forca, a guilhotina e o fuzil, a cadeira elétrica e a câmara de gás dos quadros de vossa penologia, e oremos todos juntos, suplicando a Deus nos inspire paciência e misericórdia, uns para com os outros, porque, ainda hoje, em todos os nossos julgamentos, será possível ouvir, no ádito da consciência, o aviso celestial do nosso Divino Mestre, condenado à morte sem culpa:

— “Quem estiver sem pecado, atire a primeira pedra!”.

Entre a pena e a vingança

Manhã de segunda, no centro do Rio de Janeiro. Pedro vê, desolado, os pré-adolescentes seminus dormindo na marquise... “Cena comum em uma grande metrópole”, diz-lhe a sua vontade de prosseguir, mas ele se vê atormentado por um questionamento: “Cadê essa família? Cadê o Estado?”. E a sua manhã se vê estragada, por um misto de revolta e indignação que a indiferença não conseguiu apagar. Esse sentimento se converte no que chamamos de pena, ao ver também pelos cantos sujos crianças, em um prenúncio de uma catástrofe anunciada.

Ao chegar ao seu escritório, climatizado, Pedro acompanha o noticiário, que relata a ação de um grupo de cidadãos não identificados que, em resposta à ocorrência de delitos nas imediações, como supõe a reportagem, apreendem e agridem um dos jovens que reside na rua e, como exemplo aos demais, encerram a sua prática pseudoeducativa com o jovem infrator amarrado no poste, sem as suas vestes.

Ao ver isso, Pedro, que já fora vítima, inúmeras vezes dos punquistas no centro do Rio, engrossa o coro dos companheiros de trabalho, exaltando a ação efetiva dos neojusticeiros do pedaço no combate ao crime onde faltou o Estado, a família e, jactando-se de se sentir vingado pela ação daqueles corajosos cidadãos de bem, termina a sua eloquente fala com a máxima de que “bandido bom é bandido morto”.

A narrativa fictícia é recheada de fragmentos de realidade, enquadrando-se em situações corriqueiras da vida na cidade grande. Acabado o discurso, voltamos aos nossos afazeres e não nos detemos mais profundamente nas questões relacionadas ao crime e demais situações sociais, simplificando e reduzindo, oscilando entre extremos da pena de nosso irmão em humanidade e o desejo de vingança do mal cometido.

Entre a pena e a vingança, nos arvoramos a empunhar a pena de Talião...

A pobreza aparente nos constrange o que motiva alguns governantes a iniciativas ditas higienistas, como a tentativa de esconder a população de rua diante da visita de dignitários estrangeiros. Causa-nos uma sensação ruim ver que falta ao nosso irmão o mínimo, quando por vezes desperdiçamos no supérfluo.

Aí, assalta o nosso coração o sentimento de pena, oriunda da possibilidade de passarmos também por aquilo. Um sentimento individual e distante que nos exorciza de nossas responsabilidades, passando ao largo das possíveis soluções, nos entristecendo como um filme a que assistimos na tarde chuvosa.

Os filmes e séries terminam em explosões e com mortes teatrais do vilão, algoz de diversas vítimas e que tem, como castigo, uma morte violenta e sofredora para materializar a vingança como caminho de um descerramento justo daquela tragédia. Afinal, ninguém gosta de ver o vilão fugir impune ao final da película!

Sentimo-nos bem com a morte do malfeitor, com seu sofrimento, com uma alegria límbica de liberação da nossa energia destrutiva, na chamada vingança, um sentimento

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

individualista, que pretende devolver ao causador, o mal, proporcionado na busca de se quitar a dívida.

Sentimentos individualistas à pena e à vingança, que não contribuem para romper o ciclo destrutivo do ódio. Jesus nos ensinou a romper esse ciclo, no “amor que cobre a multidão de pecados”, um amor que transcenda as formas evasivas de lidar com esses problemas, como a esmola, ou as formas extremas, como a Lei de Talião. Um amor que resgate a nossa fé no homem e na sua possibilidade de atuar sobre as questões sociais.

A lei é de amor e de perdão é um conceito crístico. As reuniões mediúnicas nos ensinam na fala de nossos irmãos sofredores, que o ciclo do ódio vai se transmutando a cada encarnação e que ele precisa ser rompido. E, para rompê-lo, tem-se no plano individual o perdão, como desafio posto por Jesus, na arte de esquecer e reparar. O perdão é um dos desafios maiores de nossa existência, pois demanda de nós enxergar, naquele que praticou o mal, uma possibilidade de bem.

Precisamos repensar a caridade, substituindo o sentimento de pena por iniciativas mais construtivas, emancipatórias, superando o assistencialismo que aplaca as consciências, em uma linha realmente de promoção social. A miséria aparente, na ponta do iceberg das mazelas humanas, indica a ausência de fraternidade, dentro de um complexo mecanismo social, que insistimos em simplificar.

Certamente, não fazemos aqui uma apologia à impunidade ou à falta de caridade, mas que saibamos fazer isso da melhor forma, avançando para além do paradigma da pena e da vingança, enxergando a questão social, aparente ou não, de onde derivam as problemáticas apresentadas. Faz-se necessário elevar o debate do plano individual do sentimento de pena e do desejo de vingança para uma discussão do coletivo, da abordagem social e de como a nossa prática, como religiosos, pode se abeirar dessas discussões.

A postura maternal, de amor incondicional, na qual julgamos todos coitadinhos, perdoados por não ser com a gente a agressão, é tão danosa quanto à fúria paterna que vocifera por sangue na vingança irracional. Evasivas que aplacam sentimentos pessoais e embalam nossas tertúlias nas redes sociais, como debates similares aos futebolísticos, com bravatas e rostos ruborizados.

A discussão das questões sociais é a melhor forma de agir sobre elas, como cidadãos e como religiosos; é fundamental e habita as raízes desses eventos. Por onde anda a nossa empolgação na seara espírita com os trabalhos ligados ao amor ao próximo? O Espiritismo, que tem como uma de suas bandeiras “fora da caridade não há salvação”, que segue os preceitos morais do Nazareno condenado à morte no madeiro, não pode se furtar a esse debate!

Não adianta defendermos a vida de forma dogmática, no discurso contra a pena de morte, se não mostrarmos que a pena de morte é apenas um instrumento de soluções superficiais e passageiras. A defesa da vida necessita avançar para a discussão das causas e dos contextos e que ações podemos realizar para evitar o crime. Mais do que pregar, precisamos convencer e evitar!

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Após a tristeza da pena e a raiva da vingança, Pedro volta para casa na sua condução, para a sua vida cotidiana, esquecendo o ocorrido naquele dia, que se repetirá como se repete desde o início da História. E a vingança e a pena se mostraram ineficazes para resolver essas questões no plano coletivo, fortalecendo apenas o ciclo do ódio.

Mas isso é lá com os outros, não é, Pedro? Conosco não ocorre, nem como algozes, nem como vítimas...

Marcus Vinícius de Azevedo Braga, Entre a pena e a vingança.

– O Consolador – Nº 361 – 04/05/2014

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

A pena de morte numa perspectiva cristã

Uma questão eminentemente técnica fez com que a pena de morte voltasse, meses atrás, à discussão nos Estados Unidos, ocasião em que muitos juízes daquele país se manifestaram criticando a facilidade com que se aplica ali a pena capital.

Os erros judiciais são o principal argumento utilizado pelas pessoas que são contrárias à pena de morte. E razões de sobra existem para isso, visto que nos últimos vinte anos 111 condenados que aguardavam sua execução no corredor da morte foram libertados ao terem sua inocência comprovada.

A questão que se impõe então é muito simples: Como reparar uma injustiça se o inocente tiver sido executado?

A pena de morte constitui, no entanto, algo raro no mundo em que vivemos. Falamos evidentemente dos países democráticos, onde foi ela abolida em quase todos, com exceção, salvo engano, de apenas quatro: o Japão, a Coreia do Sul, a Índia e os Estados Unidos.

A abolição da sentença capital é, aliás, uma exigência da União Europeia para aceitar novos membros e, segundo a Anistia Internacional, um número cada vez maior de países situados no chamado Terceiro Mundo vem abrindo mão desse tipo de pena, à razão de três países por ano, fato que está a indicar que em breve a pena de morte será apenas um registro histórico nas obras que tratam do direito penal.

Entre aqueles que se destacam pela aplicação exagerada da pena de morte, despontam a China, o Irã e a Arábia Saudita.

Na China, onde 1.060 pessoas foram executadas em 2002 – número que abrange quase 70% de todas as execuções feitas no mundo –, há casos de prisioneiros condenados à morte por adultério ou por passar cheque sem fundos. O Irã – com 113 execuções em 2002 – e os Estados Unidos – 71 casos no mesmo ano – vêm em seguida nesse lamentável ranking.

A Doutrina Espírita trata do tema desde 1857, quando foi publicada sua principal obra, “O Livro dos Espíritos”, na qual, como podemos ver nas questões 760 a 765, além de lamentar a pena de morte e afirmar que sua supressão marcará um progresso na história da humanidade, adverte-nos que existem outros meios de se preservar a sociedade da convivência com os criminosos e que, à luz do Cristianismo, é preciso abrir a eles a porta do arrependimento e não fechá-la.

Editorial, A pena de morte numa perspectiva cristã – O Consolador – Nº 16 – 01/08/2007.

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Legalização da morte

A trágica história da menina de Pernambuco nos compele a, ainda uma vez, abordar o tema.

Legalização da morte para preservar a vida: desde Nero à nossa era de lutas insólitas, onde forças contrárias se embatem contra e a favor deste despautério, esta sempre foi a grande desculpa de todos os tiranos.

Em todos os tempos os homens mobilizaram ferramentas legais para a justificativa do instrumento do assassinio, estranhamente alegando fatores que envolvem a preservação da vida e da paz. Em todas as épocas, promoveram-se guerras e chacinas em países alheios, justamente em prol da paz, e notadamente em nossos tempos, no chamado “combate ao terror”.

Formaliza-se a pena de morte como punição máxima, contraditoriamente, visando coibir os desmandos insanos da prática, contra o próximo, da violência extrema, da crueldade e da morte.

E agora se empenham encarniçadamente em legalizar, mais uma vez, a morte, pretensamente em favor da vida! Trucidando-se barbaramente inocentes indefesos, crianças ainda em formação no ventre materno!

É o paroxismo de terror dos nossos tempos, sequela e sinalização indiscutível dos extremos de insensatez a que chegou uma civilização cujos valores morais, estes, sim, de há muito abortados, para dar lugar a toda espécie de excessos comportamentais que venham não solucionar qualquer problema social ligado à miséria ou à própria violência, mas somar mais violência e intolerância à vida humana.

Há dias publiquei neste espaço, e a Globo transmitia, em reportagem do noticiário das dezenove horas, matéria referindo ao exemplo da Família Santa Clara, um casal empenhado – em Vargem Grande, no Rio de Janeiro, e contando apenas com a própria grandeza d'alma e com subsídios de amigos que se aliam à nobre causa – em acolher dezenas e dezenas de menores em situação de indigência, desvalidos ou segregados socialmente, oferecendo-lhes tudo o que é necessário a uma vida digna, antes de tudo de direito: educação, reintegração sadia na família, lazer, cultura, amparo material, emocional e espiritual – **amor!**

Uma das múltiplas demonstrações inquestionáveis de que a solução mais cabível, mais bem-vinda para os nossos grandes desafios é a autêntica preservação e valorização da **vida** em cada indivíduo! Não, a disseminação de mais morte como o querem os fatalistas e precipitados de plantão, imaturos de espírito, desejosos de impor a problemas criados pelos próprios desvarios de nossa sociedade, soluções fáceis, práticas e irresponsáveis – para não referir: hediondas! Pois, para confirmá-lo, basta que procurem, por alto, dar uma vista d'olhos, em imagens fotográficas ou em vídeo, no terror que é o aborto! Conversem um pouco com quem priva de perto com tal realidade espúria! E depois que se discuta o assunto em consciência e com propriedade!

RELIGIÃO DOS ESPÍRITOS – (CAPÍTULO L)

Já foi comprovado cientificamente que o feto sente dor. E em nada ajudaria a legalização desta prática, ao contrário do que se pensa, para sanar os problemas das populações socialmente desfavorecidas. Para tanto, educação, sim, é a chave – um investimento a longo prazo que às autoridades não interessa muito, de uma ótica imediatista e eleitoreira, na questão do controle de natalidade, já que não faz estardalhaço como as “Cidades da Música” e o acolhimento da Copa de 2014.

Muito mais fácil e mais prático matar, forjando o ardil das justificativas socialmente louváveis e números estatísticos mentirosos de apoio da população neste sentido, pois é notório em qualquer fórum sobre o assunto que a maioria ainda se posiciona contra este ato de absoluta insanidade, crueldade e incompetência para se resolver problemas sérios à coletividade, de modo sensato e saudável, gerados antes pelas desigualdades sociais que encontram suas causas na questão da educação deficitária, como foi dito, e nos descabros de ordem econômica, vigentes no mundo.

O caso da menina de Pernambuco foi mais uma entre as muitas tragédias semelhantes e cotidianas no nosso país. Impossível formular, a nível individual, qualquer julgamento de valor em relação à infeliz família envolvida; e, neste caso, consideramos que, sim, a dita excomunhão da Igreja Católica é autêntica mostra de insensatez. Todavia, saibamos separar as coisas: a Igreja erra no momento em que se arvora em inquisidora e excomunga – pois nem o Criador o faz, renovando os dias para a devida reformulação de atitudes de todos, algozes e vítimas, mas não erra ao defender ferrenhamente a vida!

Busquem-se, então, soluções viáveis, neste como noutros casos extremos, de defesa real da Vida! Adote-se, encaminhe-se à guarda e amparo adequado crianças cujas mães, por uma ou outra razão, se vejam impossibilitadas material e emocionalmente de acolher os pequenos.

Mas não, **e nunca!**, o assassinio, pois não há justificativa que endosse a matança sanguinária, ainda que legalizada, de crianças! De bebês! Dos nossos futuros filhos, completamente vulneráveis e ainda em formação!

Christina Nunes, Legalização da morte – O Consolador – N° 103 – 19/04/2009.